

Reservas. Ao todo, 1,3 mil quilômetros quadrados

Área ambiental limita projetos em Aracruz

Lula assinou decreto, publicado em 18 de julho, criando duas áreas de preservação ambiental na região

DENISE ZANDONADI
dzandonadi@redgazeta.com.br

■ Depois de muitas idas e vindas, de oito anos de discussão e de muita pressão do setor empresarial, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou um decreto, publicado em 18 de julho, criando duas áreas de preservação ambiental em Aracruz. O Refúgio de Vida Silvestre (Revis) de Santa Cruz e a Área de Preservação Ambiental (APA) Costa das Algas. As duas reservas representam uma área de 1.325,9 quilômetros quadrados no mar em frente a Nova Almeida, Praia Grande, Santa Cruz, Coqueiral, Barra do Sahy e Barra do Riacho.

A preservação nessa região vêm sendo defendida pelos ambientalistas há muitos anos, em função das características da área. A justificativa, apresentada desde que se propôs a criação do parque, é de que as unidades de conservação estão num setor onde se encontram correntes marinhas que vêm do Nordeste e do Sul do país e que trazem animais, plantas, peixes, mo-

luscas e algas das duas regiões. Com isso, somente nessa área existe a biodiversidade registrada nas duas unidades.

Quando foi encaminhado o projeto de criação do parque nacional, a classe empresarial fez grande pressão para que não ocorresse. Os empresários temiam que as unidades de conservação impossibilitassem a continuidade da exploração de petróleo e a atividade pesqueira em uma parte considerável do Litoral Norte.

As duas unidades, segundo a secretária estadual do Meio Ambiente, Glória Abaurre, permitirão, sim, que atividades econômicas continuem convivendo em harmonia com as áreas de conservação. “No Revis, que tem 177,4 quilômetros quadrados, não pode ter nenhum tipo de extração mineral, por exemplo”, explicou Glória Abaurre.

A outra unidade, que é a APA, forma um cinturão de proteção em torno do Revis. Nela, podem haver atividades econômicas, apesar de o licenciamento ambiental ser mais rigoroso do que em áreas normais. São permitidos barcos artesanais de pesca (de até nove metros de comprimento), passagem de gasoduto e transporte de carga via barcaças.

O Revis pode ter um tipo de atividade econômica destacada pelo analista ambiental do

Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio), Roberto Forzza. “Nesse tipo de unidade não pode haver nenhuma extração mineral, por exemplo, mas pode haver visitação de estudos”, explica.

A destinação das duas áreas, no entanto, vai depender do plano de manejo que será elaborado a partir da assinatura dos decretos de criação das unidades. “Ainda não foi definido se será criado um conselho para gerir as duas áreas ou um para cada unidade”. A elaboração do programa de gestão também vai definir as pesquisas que poderão ser feitas, segundo Forzza.

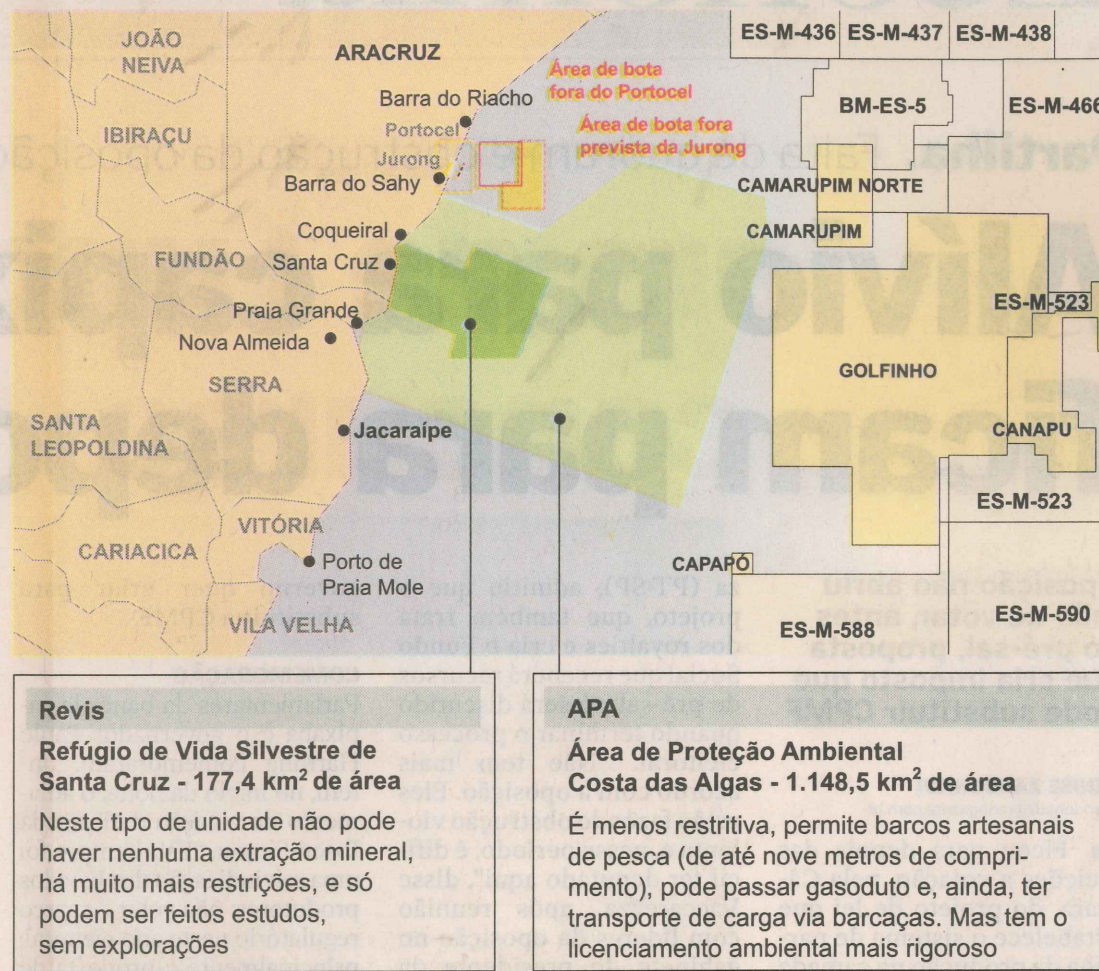
“Interesses dos pescadores foram respeitados”

Criação das áreas de conservação faz parte dos novos tempos, afirma secretário de Desenvolvimento

■ A criação de áreas de conservação como o Revis e o APA, no Litoral de Aracruz, faz parte dos novos tempos. O aumento da consciência ambiental da população tem exigido atitudes desse tipo, por parte dos governos, de modo geral. A criação das

Questão ambiental

As duas unidades de conservação foram criadas por meio de decreto assinado pelo presidente Lula e ficam no litoral em frente ao município de Aracruz, no Norte do Estado.



Revis

Refúgio de Vida Silvestre de Santa Cruz - 177,4 km² de área

Neste tipo de unidade não pode haver nenhuma extração mineral, há muito mais restrições, e só podem ser feitos estudos, sem explorações

APA

Área de Proteção Ambiental Costa das Algas - 1.148,5 km² de área

É menos restritiva, permite barcos artesanais de pesca (de até nove metros de comprimento), pode passar gasoduto e, ainda, ter transporte de carga via barcaças. Mas tem o licenciamento ambiental mais rigoroso

A Gazeta - Ed. de Arte - Gilson

duas áreas mostra o cuidado que é preciso ter para a preservação e, ao mesmo tempo, também não vai impedir completamente a atividade econômica no local. Essa é a opinião do secretário estadual de Desenvolvimento, Márcio Félix Bezerra, ao comentar a criação das unidades, no Litoral de Aracruz.

“Os interesses dos pescadores artesanais da região foi respeitado, contra os barcos grandes de pesca de outros Estados que invadem o

litoral do Espírito Santo. Ao mesmo tempo, não há nenhum bloco de petróleo tão próximo da costa que possa ser prejudicado e não haverá restrição para gasodutos passarem pela APA, por exemplo”, afirmou ele.

Apesar de a criação das duas unidades terem sido discutidas em audiências públicas com a presença, inclusive, do setor empresarial, os dirigentes das entidades que representam o segmento preferiram não se ma-

nifestar sobre o assunto.

Tanto o Movimento Espírito Santo em Ação, quanto a Federação das Indústrias do Estado (Findes) optaram por não falar, pelo menos num primeiro momento, sobre o assunto.

O mesmo ocorreu com representantes da Prefeitura de Aracruz que alegou, por meio de sua assessoria de imprensa, que não foi consultada sobre a criação das unidades de conservação e não recebeu nenhum comunicado sobre os decretos de criação.